

No. 35641

**Brazil
and
Chile**

Treaty on the transfer of convicted prisoners between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Chile. Brasilia, 29 April 1998

Entry into force: 18 March 1999 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article X

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 27 April 1999

**Brésil
et
Chili**

Traité relatif au transfert des prisonniers condamnés entre la République fédérative du Brésil et la République du Chili. Brasilia, 29 avril 1998

Entrée en vigueur : 18 mars 1999 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article X

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 27 avril 1999

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**TRATADO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PRESOS CONDENADOS ENTRE
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO CHILE**

A República Federativa do Brasil

e

A República do Chile
(doravante denominados as "Partes"),

Desejosos de promover a reabilitação social de condenados permitindo que cumpram suas sentenças no país de que são nacionais,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As penas de detenção impostas na República do Chile a nacionais da República Federativa do Brasil poderão ser cumpridas segundo o disposto no presente Tratado.

2. As penas de detenção impostas a nacionais chilenos na República Federativa do Brasil poderão ser cumpridas segundo o disposto no presente Tratado.

ARTIGO 2

Para fins do presente Tratado:

- a) por "Estado remetente" se compreenderá a Parte da qual se transfere o condenado;

- b) por "Estado recebedor" se compreenderá a Parte para a qual se transfere o condenado;

- c) por “nacional” se compreenderá, no caso do Brasil, um brasileiro, segundo definido pela Constituição brasileira;
- d) por “nacional” se compreenderá, no caso do Chile, um chileno, segundo definido pela Constituição Política chilena;
- e) por “preso condenado” se compreenderá uma pessoa condenada por delito segundo sentença proferida no território de uma das Partes.

ARTIGO 3

A aplicação do presente Tratado ficará sujeita às seguintes condições:

- a) o delito pelo qual a pena seja imposta deverá também constituir delito no Estado recebedor;
- b) o condenado deverá ser nacional do Estado recebedor;
- c) no momento da apresentação da solicitação a que se refere o parágrafo terceiro do Artigo 5 deverão restar pelo menos 6 (seis) meses de pena a cumprir;
- d) a sentença seja definitiva, transitada em julgado;
- e) o condenado consinta na transferência, uma vez informado de suas consequências legais.

ARTIGO 4

Serão autoridades centrais para a aplicação deste Tratado:

- a) pela República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça;
- b) pela República do Chile, o Ministério da Justiça.

ARTIGO 5

- I. Cada Parte deverá explicar o teor do presente Tratado a qualquer condenado a que o mesmo possa aplicar-se.

2. A transferência de condenados no âmbito do presente Tratado poderá efetuar-se por iniciativa de qualquer uma das Partes. Nenhuma disposição do presente Tratado deverá ser interpretada como impedimento para que um condenado apresente pedido de transferência a qualquer um dos dois Estados.

3. Antes de tomar uma decisão relativa a uma transferência, cada Parte deverá examinar todos os fatores que possam contribuir para promover a reabilitação do condenado.

4. O Estado que receber a solicitação de transferência da outra Parte poderá solicitar a comprovação do consentimento expresso do condenado em relação à transferência. O consentimento não poderá ser revogado depois da aceitação da transferência pelos dois Estados.

5. O Estado que aprovar o pedido do condenado deverá notificar o outro Estado de sua decisão por via diplomática. Tendo recebido o assentimento do outro Estado, serão tomadas as medidas necessárias para a realização da transferência. A recusa de qualquer um dos Estados deverá ser comunicada, sem demora, ao outro Estado também por via diplomática.

6. O Estado remetente deverá apresentar uma declaração ao Estado recebedor na qual se indique o delito pelo qual ocorreu a condenação, a duração da pena e o tempo já cumprido, assinalando, inclusive, todo o período de detenção prévia. A declaração deverá conter ainda uma exposição detalhada do comportamento do condenado em detenção, para fins de determinar se o mesmo pode gozar dos benefícios previstos na legislação do Estado recebedor. O Estado remetente deverá apresentar também ao Estado recebedor uma cópia autenticada da sentença proferida pela Autoridade Judicial competente certificando que é autêntica, junto com quaisquer modificações introduzidas na mesma. Também deverá fornecer qualquer outra informação que possa ajudar o Estado recebedor a determinar o tratamento mais conveniente ao condenado com o intuito de promover sua reabilitação social. Os documentos anteriormente citados deverão ser redigidos ou traduzidos no idioma do Estado recebedor.

7. O Estado recebedor poderá solicitar informações complementares se considerar que os documentos fornecidos pelo Estado remetente não lhe permitem cumprir o disposto no presente Tratado e informará o Estado remetente do procedimento da execução que seguirá.

8. Cada Parte deverá tomar as medidas legais pertinentes e, caso necessário, estabelecer os procedimentos adequados com o fim de que, para os objetivos do presente Tratado, as sentenças pronunciadas pelos tribunais da outra Parte produzam efeitos jurídicos dentro de seu território.

ARTIGO 6

1. O Estado remetente deverá transferir o condenado para o Estado recebedor em local acordado entre as Partes. O Estado recebedor será responsável pela custódia e transporte do condenado até a penitenciária ou o local onde deva cumprir a pena; quando necessário, o Estado recebedor solicitará a cooperação de terceiros países com o intuito de permitir o trânsito de um condenado através de seus territórios. Em casos excepcionais, mediante acordo entre ambas as Partes, o Estado remetente deverá prestar assistência em relação às mencionadas solicitações feitas pelo Estado recebedor.
2. No momento da entrega do condenado, o Estado remetente fornecerá aos agentes policiais encarregados da mesma um certificado autêntico, destinado às autoridades do Estado recebedor, em que constem, atualizados à data da entrega, o tempo efetivo de detenção do condenado e o tempo deduzido em função dos benefícios penitenciários, se existirem, assim como uma fotocópia do expediente penal e penitenciário, que sirva de ponto de partida para o prosseguimento do cumprimento da pena.
3. O Estado recebedor será responsável por todas as despesas relacionadas com um condenado a partir do momento em que este passe à sua custódia.
4. Na execução da pena de um condenado que tenha sido transferido, deverá observar-se a legislação e os procedimentos do Estado recebedor. O Estado remetente poderá conceder indulto, anistia ou comutação da pena conforme sua Constituição ou outras disposições legais aplicáveis. Não obstante, o Estado recebedor poderá solicitar do Estado remetente a concessão do indulto ou comutação, mediante petição fundamentada a qual será examinada com benevolência.
5. A pena imposta pelo Estado remetente não poderá ser aumentada, prolongada ou diminuída pelo Estado recebedor sob nenhuma circunstância.
6. Por solicitação de uma das Partes, a outra Parte deverá apresentar um relato sobre a situação do cumprimento da pena de qualquer condenado transferido no âmbito do presente Tratado, incluída, em particular, a liberdade condicional ou soltura.

7. O condenado transferido de acordo com as disposições deste Tratado não será privado de nenhum direito em virtude da legislação do Estado recebedor, salvo quando suscitado pela própria imposição da pena.

ARTIGO 7

Somente o Estado remetente terá competência para julgar um recurso de revisão. Uma vez recebida a oportuna notificação do Estado remetente, o Estado recebedor deverá comprometer-se a executar quaisquer modificações introduzidas na pena.

ARTIGO 8

Um condenado transferido de conformidade com o disposto no presente Tratado não poderá ser detido, julgado ou sentenciado no Estado recebedor pelo mesmo delito que houver dado origem à pena.

ARTIGO 9

1. O presente Tratado poderá estender-se a pessoas sujeitas à vigilância ou outras medidas, de acordo com a legislação de uma das Partes com relação aos menores infratores. As Partes deverão, de conformidade com suas legislações, acordar o tipo de tratamento que deverá ser dispensado a tais pessoas no caso de transferência. O consentimento para a transferência deverá ser obtido junto à pessoa legalmente autorizada.

2. Nenhuma disposição do presente Artigo deverá ser interpretada como fator limitante da capacidade que possam ter as Partes, independentemente do presente Tratado, de outorgar ou aceitar a transferência de menores infratores ou de outros presos.

ARTIGO 10

1. O presente Tratado estará sujeito a ratificação. A troca dos instrumentos de ratificação deverá efetuar-se em Santiago.

2. O presente Tratado entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca dos instrumentos de ratificação e permanecerá em vigor durante 3 (três) anos.

3. Caso nenhuma das Partes notifique à outra sua intenção em contrário com, pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência em relação ao término do período acima mencionado, o presente Tratado será considerado tacitamente prorrogado por períodos sucessivos de 3 (três) anos.

4. Em caso de denúncia do presente Tratado, suas disposições permanecerão em vigor em relação aos condenados que, ao amparo das mesmas, houverem sido transferidos, até o término das respectivas penas.

Feito em Brasilia, em 29 de abril de 1998, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
Renan Calheiros
Ministro de Estado da
Justiça



PELA REPÚBLICA DO CHILE
Heraldo Munoz Valenzuela
Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO SOBRE TRANSFERENCIA DE PRESOS CONDENADOS ENTRE LA
REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DE CHILE

La República Federativa del Brasil

y

La Republica de Chile
(en adelante denominadas las "Partes"),

Deseosas de promover la rehabilitación social de los condenados permitiendo que cumplan sus sentencias en el país del que son nacionales,

Convienen lo siguiente:

ARTICULO I

1. Las penas privativas de libertad impuestas en la República de Chile a nacionales de la República Federativa del Brasil podrán cumplirse de conformidad con lo dispuesto en el presente Tratado.
2. Las penas privativas de libertad impuestas a nacionales chilenos en la República Federativa del Brasil podrán cumplirse de conformidad con lo dispuesto en el presente Tratado.

ARTICULO II

A los efectos del presente Tratado:

- a) por "Estado remitente" se entenderá la Parte de la que se traslada el condenado;
- b) por "Estado receptor" se entenderá la Parte a la que se traslada el condenado;

- c) por "nacional" se entenderá, en el caso de Brasil, un brasileño, según se le define en la Constitución brasileña;
- d) por "nacional" se entenderá, en el caso de Chile, un chileno, según se le define en la Constitución Política chilena;
- e) por "preso condenado" se entenderá una persona condenada por un delito según sentencia dictada en el territorio de una de las Partes.

ARTICULO III

La aplicación del presente Tratado quedará sujeta a las siguientes condiciones:

- a) el delito por el que se haya impuesta la pena deberá constituir también delito en el Estado receptor;
- b) el condenado deberá ser nacional del Estado receptor;
- c) en el momento de la presentación de la solicitud a que se refiere el párrafo tercero del Artículo V, deberán quedar por cumplir por lo menos seis meses de la pena;
- d) que la sentencia sea definitiva, firme y ejecutoriada;
- e) que el condenado consienta en el traslado, luego de ser informado de las consecuencias legales del mismo.

ARTICULO IV

Serán autoridades centrales para la aplicación del presente Tratado:

- a) por la República Federativa del Brasil, el Ministerio de Justicia;
- b) por la República de Chile, el Ministerio de Justicia.

ARTICULO V

- 1. Cada Parte deberá explicar el contenido del presente Tratado a cualquier condenado al que pueda aplicarse el mismo.

2. Qualquier traslado de condenados en el ámbito del presente Tratado podrá efectuarse por iniciativa de cualquiera de las Partes. Nada de lo dispuesto en el presente Tratado deberá interpretarse como un impedimento para que un condenado presente una solicitud de traslado a cualquiera de los dos Estados.
3. Antes de tomar una decisión relativa a un traslado, cada Parte deberá examinar todos los factores que puedan contribuir a promover la rehabilitación del condenado.
4. El Estado que reciba una solicitud de traslado de la otra Parte podrá comprobar el consentimiento expreso del condenado en relación con el traslado. El consentimiento no podrá ser revocado después de la aceptación del traslado por los dos Estados Partes.
5. El Estado que aprueba la petición del condenado deberá notificar al otro Estado de su decisión por conducto diplomático. Habiendo recibido el consentimiento del otro Estado, serán tomadas las medidas necesarias para efectuar el traslado. La negativa de cualquiera de los dos Estados deberá ser comunicada sin demora al otro Estado también por el conducto diplomático.
6. El Estado remitente deberá presentar una declaración al Estado receptor en la que se indique el delito por el cual fue sentenciado el condenado, la duración de la pena y el tiempo ya cumplido, indicando, incluso, cualquier período de detención preventiva. La declaración deberá contener también una exposición detallada del comportamiento del condenado en prisión, a efectos de determinar si el mismo puede gozar de los beneficios previstos en la legislación del Estado receptor. El Estado remitente deberá presentar también al Estado receptor una copia autenticada de la sentencia dictada por la autoridad judicial competente, certificando su autenticidad, junto con cualesquiera modificaciones introducidas en la misma. También deberá proporcionar cualquier otra información que pueda ayudar al Estado receptor a determinar el trato más conveniente para el condencado con el fin de promover su rehabilitación social. Los documentos anteriormente citados deberán estar redactados en la lengua del Estado receptor o traducidos a la misma.
7. El Estado receptor podrá solicitar informaciones complementarias si considera que los documentos proporcionados por el Estado remitente no le permiten cumplir lo dispuesto en el presente Tratado e informará al Estado remitente del procedimiento de ejecución que vaya a seguir.
8. Cada Parte deberá tomar las medidas legales pertinentes y, en caso necesario, establecer los procedimientos adecuados con el fin de que, a los efectos del presente Tratado, las sentencias pronunciadas por los tribunales de la otra Parte surtan efectos jurídicos dentro de su territorio.

ARTICULO VI

1. El Estado remitente deberá trasladar al condenado al Estado receptor en el lugar acordado entre las Partes. El Estado receptor será responsable de la custodia y transporte del condenado hasta la institución penitenciaria o lugar donde deba cumplir la pena; en caso necesario, el Estado receptor solicitará la cooperación de terceros países con el fin de permitir el tránsito de un condenado a través de sus territorios. En casos excepcionales, mediante acuerdo entre ambas Partes, el Estado remitente deberá prestar asistencia en relación con las mencionadas solicitudes hechas por el Estado receptor.

2. En el momento de la entrega del condenado, el Estado remitente proporcionará a los agentes policiales encargados de la misma un certificado auténtico, destinado a las autoridades del Estado receptor, en el que consten, actualizados a la fecha de entrega, el tiempo efectivo de detención del condenado y el tiempo deducido en función de los beneficios penitenciarios, si existieren, así como una fotocopia del expediente penal y penitenciario, que sirva de punto de partida para la prosecución del cumplimiento de la pena.

3. El Estado receptor será responsable de todos los gastos relacionados con un condenado a partir del momento en que éste pase a su custodia.

4. En la ejecución de la pena de un condenado que haya sido trasladado deberán observarse la legislación y los procedimientos del Estado receptor. El Estado remitente podrá conceder indulto, amnistía o commutación de pena de conformidad con su Constitución u otras disposiciones legales aplicables. No obstante, el Estado receptor podrá solicitar del Estado remitente la concesión del indulto o la commutación, mediante solicitud motivada que será examinada con benevolencia.

5. La pena impuesta por el Estado remitente no podrá ser aumentada, prolongada o disminuida por el Estado receptor en ninguna circunstancia.

6. A solicitud de una de las Partes, la otra Parte deberá presentar un informe sobre la situación de cumplimiento de la pena de cualquier condenado trasladado en el ámbito del presente Tratado, incluida, en particular, la libertad condicional o excarcelación.

7. Al condenado trasladado de conformidad con las disposiciones de este Tratado no se le privará de ningún derecho en virtud de la legislación del Estado receptor, salvo en lo exigido por la propia imposición de la pena.

ARTICULO VII

Únicamente el Estado remitente tendrá competencia para juzgar cualquier recurso de revisión. Una vez recibida la oportuna notificación del Estado remitente, el Estado receptor deberá comprometerse a ejecutar cualesquiera modificaciones introducidas en la pena.

ARTICULO VIII

Un condenado trasladado de conformidad con lo dispuesto en el presente Tratado no podrá ser detenido, juzgado o sentenciado en el Estado receptor por el mismo delito que hubiera dado lugar a la pena.

ARTICULO IX

1. El presente tratado podrá hacerse extensivo a personas sujetas a vigilancia u otras medidas de conformidad con la legislación de una de las Partes en relación con los delincuentes juveniles. Las Partes deberán, de conformidad con sus legislaciones, convenir el tipo de tratamiento que deberá dispensarse a dichas personas en caso de traslado. El consentimiento para el traslado deberá recabarse de la persona legalmente autorizada.

2. Nada de lo dispuesto en el presente Artículo deberá interpretarse como una limitación de la capacidad que puedan tener las Partes, independientemente del presente Tratado, para otorgar o aceptar el traslado de delincuentes juveniles o de otros condenados.

ARTICULO X

1. El presente Tratado estará sujeto a ratificación. El canje de los instrumentos de ratificación deberá efectuarse en Santiago.

2. El presente Tratado entrará en vigor treinta (30) días después del canje de los instrumentos de ratificación y permanecerá en vigor durante tres años.

3. En caso de que ninguna de las Partes notifique a la otra su intención en contrario por lo menos noventa (90) días antes de la expiración del periodo arriba mencionado, el presente Tratado se considerará tácitamente prorrogado por períodos sucesivos de tres años.

4. En caso de denuncia del presente Tratado, sus disposiciones permanecerán en vigor, con respecto a los condenados que hubiesen sido trasladados al amparo de las mismas, hasta el término de las penas respectivas.

Hecho en Brasilia, a los 29 días del mes de abril del año mil novecientos noventa y ocho, en dos ejemplares originales, en portugués y en castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

Renan Calheiros
Ministro de Estado da
Justiça


POR LA REPUBLICA DE
CHILE

Heraldo Munoz Valenzuela
Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

TREATY CONCERNING THE TRANSFER OF PRISONERS BETWEEN THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE REPUBLIC OF CHILE

.

The Federative Republic of Brazil and the Republic of Chile (hereinafter referred to as "the Parties"),

Desiring to promote the social rehabilitation of prisoners by allowing them to serve their sentences in the countries of which they are nationals,

Have agreed as follows:

Article 1

1. Prison sentences imposed in the Republic of Chile on nationals of the Federative Republic of Brazil may be served in accordance with the provisions of this Treaty.

2. Prison sentences imposed in the Federative Republic of Brazil on Chilean nationals may be served in accordance with the provisions of this Treaty.

Article 2

For the purposes of this Treaty:

- (a) "Sending State" shall mean the Party from which the prisoner is to be transferred;
- (b) "Receiving State" shall mean the Party to which the prisoner is to be transferred;
- (c) "National" shall mean, in the case of Brazil, a Brazilian as defined by the Brazilian Constitution;
- (d) "National" shall mean, in the case of Chile, a Chilean as defined by the Chilean Political Constitution;
- (e) "Prisoner" shall mean a person convicted of an offence by a judgement handed down in the territory of one of the Parties.

Article 3

This Treaty shall apply on condition that:

- (a) The offence for which the sentence was imposed also constitutes an offence in the receiving State;
- (b) The prisoner is a national of the receiving State;
- (c) At least six months of the sentence remains to be served at the time of submission of the request referred to in the third paragraph of article 5;
- (d) The judgement is final and conclusive;
- (e) The prisoner consents to the transfer after having been informed of its legal consequences.

Article 4

The central authorities for the purposes of the implementation of this Treaty shall be:

- (a) In the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Justice;
- (b) In the case of the Republic of Chile, the Ministry of Justice.

Article 5

1. Each Party shall explain the terms of this Treaty to any prisoner to whom it might apply.

2. The transfer of prisoners under the terms of this Treaty shall be carried out on the initiative of either Party. Nothing in this Treaty shall be construed as preventing a prisoner from submitting a request for a transfer to either of the two States.

3. Before taking a decision on a transfer, each Party shall examine all the factors which might contribute to the prisoner's rehabilitation.

4. The State which receives a request for transfer from the other Party may request confirmation that the convicted person has expressly consented to the transfer. Such consent may not be revoked after the transfer has been approved by the two States.

5. The State which approves the convicted person's request shall notify the other State of its decision through the diplomatic channel. Once the other State's consent has been received, the necessary measures shall be taken to carry out the transfer. Refusal by either of the two States shall be communicated to the other State without delay, also through the diplomatic channel.

6. The sending State shall provide the receiving State with a statement indicating the offence which gave rise to the conviction, the length of the sentence and the time already served, including any pre-trial detention. The statement shall also contain a detailed account of the prisoner's conduct while in prison in order to determine whether the prisoner is eligible for any of the benefits provided for under the laws of the receiving State. The sending State shall also provide the receiving State with a certified copy of the judgement handed down by the competent judicial authority, certifying its authenticity, along with any amendments thereto. It shall also provide any other information which might help the receiving State to determine the most appropriate treatment for the purposes of furthering the prisoner's social rehabilitation. The above-mentioned documents shall be drawn up in the language of the receiving State or translated into that language.

7. The receiving State may request additional information if it deems that the documents furnished by the sending State do not allow it to comply with the provisions of this Treaty; it shall inform the sending State of the procedure it intends to follow.

8. Each Party shall take the relevant legal measures and, if necessary, establish adequate procedures, for the purposes of this Treaty, to give legal effect within its territory to the sentence handed down by the courts of the other Party.

Article 6

1. The sending State shall transfer the prisoner to the receiving State at the place agreed between the Parties. The receiving State shall be responsible for guarding and transporting the prisoner to the penitentiary institution or place where the sentence is to be served; if necessary, the receiving State shall request the cooperation of third countries in order to allow the prisoner to transit their territories. In exceptional cases, by mutual agreement, the sending State shall assist with the above-mentioned requests made by the receiving State.

2. At the time the prisoner is handed over, the sending State shall provide the police officers responsible for that task with a certified document, addressed to the authorities of the receiving State, indicating, as of the date of the handing over, the actual time the prisoner has spent in detention and the time deducted by way of prison benefits, if any, together with a photocopy of the trial and prison records, to serve as a point of departure for pursuing the execution of the sentence.

3. The receiving State shall be responsible for all costs related to the prisoner from the moment the latter passes into its custody.

4. The laws and procedures of the receiving State shall be observed in the enforcement of the sentence of a prisoner who has been transferred. The sending State may grant a pardon or an amnesty or may commute the sentence in accordance with its Constitution or other applicable legal provisions. The receiving State may nevertheless ask the sending State to grant a pardon or to commute the sentence, stating its reasons for making such a request; the request shall be given favourable consideration.

5. Under no circumstances may the receiving State increase, extend or reduce the sentence imposed by the sending State.

6. At the request of one of the Parties, the other Party shall present a report giving the status of execution of the sentence of any prisoner transferred under the terms of this Treaty and stating, in particular, whether the prisoner has been paroled or released.

7. A prisoner transferred in accordance with the provisions of this Treaty shall not be deprived of any right under the legislation of the receiving State, except as required by the prison sentence itself.

Article 7

Only the sending State shall have the competence to rule on an application for reconsideration of the facts. Once it has received the relevant notification from the sending State, the receiving State shall undertake to execute any modification of the sentence.

Article 8

A prisoner transferred in accordance with the provisions of this Treaty may not again be detained, tried or sentenced in the receiving State for the same offence for which the sentence was imposed.

Article 9

1. This Treaty may be extended to persons subject to supervision or other measures under the legislation of one of the Parties regarding juvenile offenders. The Parties shall, in accordance with their respective legislation, agree on the type of treatment to be afforded to such persons in the event of a transfer. Consent to the transfer shall be obtained from the legally authorized person.

2. Nothing in this article shall be construed as limiting the capacity of the Parties, independently of this Treaty, to authorize or accept the transfer of juvenile offenders or other prisoners.

Article 10

1. This Treaty shall be subject to ratification. The instruments of ratification shall be exchanged in Santiago.

2. This Treaty shall enter into force thirty [30] days after the exchange of the instruments of ratification and shall remain in force for three [3] years.

3. If neither Party notifies the other, at least ninety [90] days before the expiration of the above-mentioned period, of its intention to the contrary, this Treaty shall be considered as having been automatically extended for successive periods of three years.

4. If this Treaty is denounced, its provisions shall continue to apply, with respect to any prisoners transferred under its provisions until the completion of their respective sentences.

Done at Brasília on 29 April 1998, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

RENAN CALHEIROS
Minister of Justice

For the Republic of Chile:

HERALDO MUÑOZ VALENZUELA
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary

[TRANSLATION - TRADUCTION]

TRAITÉ RELATIF AU TRANSFÈREMENT DE PRISONNIERS CONDAMNÉS ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE DU CHILI

La République fédérative du Brésil et la République du Chili (ci-après dénommées les "Parties"),

Désireuses de promouvoir la réinsertion sociale des condamnés en faisant en sorte qu'ils puissent purger leurs peines dans le pays dont ils sont ressortissants,

Sont convenues de ce qui suit:

Article premier

1. Les peines privatives de liberté imposées en République du Chili à des ressortissants de la République fédérative du Brésil peuvent être purgées conformément aux dispositions du présent Traité.

2. Les peines privatives de liberté imposées à des ressortissants chiliens en République fédérative du Brésil peuvent être purgées conformément aux dispositions du présent Traité.

Article 2

Aux fins du présent Traité:

a) L'expression "État de condamnation" désigne la Partie qui procède au transfèrement du condamné;

b) L'expression "État d'exécution" désigne la Partie à laquelle le condamné est transféré.

c) L'expression "ressortissant" s'entend, dans le cas du Brésil, de tout Brésilien, selon la définition qui en est donnée dans la constitution brésilienne;

d) L'expression "ressortissant" s'entend, dans le cas du Chili, de tout Chilien, selon la définition qui en est donnée dans la constitution politique chilienne;

e) L'expression "condamné" s'entend de toute personne condamnée du chef d'un délit en vertu d'une sentence rendue sur le territoire de l'une des Parties.

Article 3

L'application du présent Traité est subordonnée aux conditions ci-après:

a) Le délit ayant motivé l'imposition de la peine doit également constituer un délit dans l'État d'exécution;

b) Le condamné doit être ressortissant de l'État d'exécution;

c) Le reste de la peine à purger doit être égal à six mois au moins à la date de la présentation de la demande visée au paragraphe 3 de l'article V;

- d) La sentence doit être définitive, ferme et exécutoire;
- e) Le condamné doit consentir à son transfèrement après avoir été informé des conséquences juridiques de celle-ci.

Article 4

Les autorités centrales désignées aux fins de l'application du présent Traité sont:

- a) Pour la République fédérative du Brésil: le Ministère de la justice;
- b) Pour la République du Chili: le Ministère de la justice.

Article 5

1. Chacune des Parties doit expliquer la teneur du présent Traité à tout condamné auquel il peut être appliqué.

2. Tout transfèrement de condamnés en vertu du présent Traité peut être effectué sur l'initiative de l'une ou l'autre des Parties. Aucune des dispositions du présent Traité ne doit être interprétée comme empêchant un condamné de présenter une demande de transfèrement dans l'un ou l'autre des deux États.

3. Avant de statuer sur un transfèrement, chacune des Parties examine tous les facteurs pouvant contribuer à promouvoir la réhabilitation du condamné.

4. L'État qui reçoit une demande de transfèrement de l'autre Partie peut demander à s'assurer que l'intéressé y a expressément consenti. Ce consentement ne peut être révoqué après que les deux États Parties ont accepté le transfèrement.

5. L'État qui approuve la demande du condamné notifie sa décision à l'autre État par la voie diplomatique. Une fois que le consentement de ce dernier a été reçu, les mesures nécessaires sont adoptées pour procéder au transfèrement. Le refus de l'un des deux États est communiqué sans tarder à l'autre État, également par la voie diplomatique.

6. L'État de condamnation présente à l'État d'exécution une déclaration indiquant le délit du chef duquel l'intéressé a été condamné, la durée de la peine et la partie de celle-ci qui a déjà été purgée, en indiquant, le cas échéant, la durée de la détention provisoire. La déclaration doit également comporter un exposé détaillé du comportement du condamné en prison pour déterminer si l'intéressé peut jouir des avantages prévus par la législation de l'État d'exécution. L'État de condamnation communique à l'État d'exécution copie certifiée conforme et authentifiée de la sentence rendue par l'autorité judiciaire compétente, avec toutes les modifications ayant pu lui avoir été apportées. Il communique également toute autre information pouvant aider l'État d'exécution à déterminer le traitement le mieux approprié pour le condamné pour promouvoir sa réinsertion sociale. Les documents susmentionnés doivent être rédigés ou traduits dans la langue de l'État d'exécution.

7. L'État d'exécution peut demander un complément d'information s'il estime que les documents fournis par l'État de condamnation ne lui permettent pas d'appliquer les dispositions du présent Traité et informe l'État de condamnation de la procédure d'exécution qu'il entend suivre.

8. Chacune des Parties adopte les mesures juridiques appropriées et, si besoin est, établit les procédures nécessaires pour qu'aux fins du présent Traité, les sentences rendues par les tribunaux de l'autre Partie produisent juridiquement effet à l'intérieur de son territoire.

Article 6

1. L'État de condamnation transfère le condamné à l'État d'exécution au lieu convenu entre les Parties. L'État d'exécution est responsable de la garde et du transport du condamné jusqu'à l'établissement pénitentiaire ou jusqu'au lieu où il doit purger sa peine; si besoin est, il sollicite la coopération de pays tiers pour autoriser le transit du condamné à travers leurs territoires respectifs. Dans des cas exceptionnels, et si les deux Parties en conviennent ainsi, l'État de condamnation fournit son assistance pour qu'il soit donné suite auxdites demandes de l'État d'exécution.

2. Lors de la remise du condamné, l'État de condamnation remet aux agents de police responsables un certificat authentique destiné aux autorités de l'État d'exécution indiquant, à la date de la remise, la durée effective de la détention du condamné et, le cas échéant, les remises de peine pour bonne conduite ainsi qu'une photocopie du dossier pénal et pénitentiaire, qui constituent le point de départ pour la poursuite de l'exécution de la peine.

3. L'État d'exécution prend à sa charge toutes les dépenses afférentes au condamné à partir du moment où celui-ci est transféré sous sa garde.

4. La législation et les procédures de l'État d'exécution s'appliquent à l'exécution de la peine de tout condamné transféré. L'État de condamnation peut accorder une grâce, une amnistie ou une commutation de peine conformément à sa constitution ou aux autres dispositions applicables, étant entendu toutefois que l'État d'exécution peut demander à l'État de condamnation l'octroi d'une grâce ou d'une commutation de peine moyennant une requête motivée qui est examinée avec bienveillance.

5. La peine imposée par l'État de condamnation ne peut en aucune circonstance être alourdie, prolongée ou allégée.

6. Si l'une des Parties en fait la demande, l'autre Partie présente un rapport sur la manière dont est purgée la peine de tout condamné transféré en vertu du présent Traité, y compris en particulier sur la mise en liberté conditionnelle ou la levée d'écrou.

7. Tout condamné transféré conformément aux dispositions du présent Traité jouit de tous les droits que lui reconnaît la législation de l'État d'exécution, sauf dans la mesure exigée par l'exécution de la peine.

Article 7

L'État de condamnation est seul compétent pour statuer sur tout recours en révision. Après réception de la notification à cet effet de l'État de condamnation, l'État d'exécution s'engage à exécuter toutes modifications apportées à la peine.

Article 8

Un condamné transféré conformément aux dispositions du présent Traité ne peut être détenu, jugé ou condamné par l'État d'exécution du chef du délit ayant donné lieu à la peine.

Article 9

1. Le présent Traité peut être appliqué aux personnes faisant l'objet de mesures de surveillance ou autres mesures appliquées conformément à la législation de l'une des Parties aux délinquants juvéniles. Les Parties conviennent, conformément à leurs législations respectives, du type de traitement dispensé auxdites personnes en cas de transfèrement. Le consentement au transfèrement doit être obtenu de la personne légalement habilitée.

2. Aucune des dispositions du présent article ne doit être interprétée comme limitant le pouvoir éventuel des Parties, indépendamment du présent Traité, d'accorder ou d'accepter le transfèrement de délinquants juvéniles ou d'autres condamnés.

Article 10

1. Le présent Traité est sujet à ratification et l'échange des instruments de ratification aura lieu à Santiago.

2. Le présent Traité entrera en vigueur trente (30) jours à compter de la date de l'échange des instruments de ratification et le demeurera pendant une durée de trois ans.

3. Le présent Traité sera réputé être reconduit tacitement pour des périodes successives de trois ans à moins que l'une des Parties ne通知 à l'autre son intention de le dénoncer moyennant préavis de quatre-vingt dix (90) jours avant l'expiration de la période de validité en cours.

4. En cas de dénonciation du présent Traité, ses dispositions demeureront en vigueur, en ce qui concerne les condamnés transférés en vertu dudit Traité, jusqu'au terme des peines imposées aux intéressés.

Fait à Brasilia le 29 avril 1998 en deux exemplaires originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil:

RENAN CALHEIROS
Ministre de la justice

Pour la République du Chili:

HERALDO MUÑOZ VALENZUELA
Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire

